

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br / twitter.com/Folhadebate

“Rephorma orthographica”

CÁSSIO SCHUBSKY



Orlando

A gente passa 30 anos tentando decorar a regra de uso do hífen e, depois que consegue, pronto: muda tudo

FICO PENSANDO nos enormes benefícios que a reforma ortográfica trouxe para o povo brasileiro nesse primeiro ano de sua vigência ainda não obrigatória. Fico pensando, pensando... e não chego a conclusão nenhuma.

Talvez se possa aludir ao fato de a supressão de alguns acentos implicar redução no gasto de tinta para impressão, o mesmo valendo para a retirada da letra C em muitas palavras da grafia portuguesa, como “contracto”, “facto” etc. Ou quem sabe se possa festejar que leitores preguiçosos acorram às gramáticas e aos dicionários em busca das novas regras, aumentando, em decorrência disso, o conhecimento da língua portuguesa.

Dizem as bocas de Matildes que o português é uma língua viva, que se renova e se recicla. Acho que não é bem assim. Na verdade, nosso idioma é uma língua morta, que vai renascendo a cada passo. Um monte de palavras fica no limbo — abandonadas, vocabulismos, perdidos nas páginas empoeiradas dos alfarrábios. E surgem expressões novas, que caem no gosto popular, a partir de certos círculos linguísticos, ganham a simpatia geral e morrem de cansaço, digo, de tanto uso. Depois, ressurgem de novo, para, ao cabo, voltar à tumba lexical. Enfim, para alguns, a língua é viva e renasce das cinzas. Para outros, ela é morta e renasce das cinzas. No fim das contas, tanto faz. Como tanto fez.

Vejo por outra, aparece uma reforma ortográfica para agitar a vidinha monótona da língua — e infirmizar a nossa. E há um ano estamos às voltas com mudanças que se anunciavam pequenas, mas são um sapeciro para quem vive do ofício de escrever, revisar e editar. E os portugueses, que se têm mostrado os mais inteligentes da piada, pelo visto não estão nem “tubuns” para o acordo ortográfico, em um desprezo ativo.

A gente passa 30 anos tentando decorar regra de uso do hífen e, depois que consegue, pronto: muda tudo. Acentuação, então, nem se fale.

Como em tudo na vida, há uma história por detrás das reformas e acordos ortográficos no Brasil. Na verdade, essa mania de mudar a língua vem de longe. Em 1907, tentou-se uma primeira alteração do português no país. Uma reforma fonética, digamos, de iniciativa do imortal Medeiros e Albuquerque. O que ele pretendia era aproximar a língua escrita da língua

falada. E propunha nova grafia para palavras, como “exemplo” ou “mar-jem”. Consumiram-se os acadêmicos em debates intermináveis, e a famigerada (famigerada!) reforma — benza Deus! — não “pegou”. Quer dizer, mais do que nunca, a mudança ortográfica nasceu como letra morta.

Muda daqui, mexe dali, vieram outras tentativas de reforma, consolidadas em 1971. Pois bem. Sou daqueles alfabetizados em meio às mudanças ortográficas significativas do início da década de 1970. Um sufoco danado começar a ler enfrentando a ortografia antiga, que já não valia, mas continuava impressa em toda a bibliografia disponível.

Fala sério! Por que não aplicar à língua portuguesa regras imutáveis, como as da matemática, santo Deus? Imagine só se mais ou menos começasse a dar menos. Ou menos com menos desse mesmo. Seria o fim do mundo se a ordem dos fatores alterasse o produto. Bom, melhor não dar ideia, ou logo se reúne uma assembleia num boteco aqui da Pompeia... e, não bastasse a reforma ortográfica, pinta logo uma reforma matemática. Ou física, sei lá.

Enquanto isso, o seu corretor orto-

gráfico vai ficar mudando ideia para “idéia” — numa nostalgia que dá dó... E você vai continuar não sabendo direito se deve escrever Ruy Barbosa e Euclydes da Cunha, agora que Y, K e W foram reabilitados. Pois há uma regra duvidosa, que nem sei se continua em vigor, de que, morre a pessoa, e a grafia muda — cai o Y, por exemplo, que virá I.

Seria interessante fazer uma pesquisa de opinião para saber se o povo aprova a queridã (ou temida) reforma. Alguém duvida do resultado?

Aposto que a próxima reforma irá incorporar a linguagem da internet, que logo sai da web para dominar os livros, os contratos, as bulas de remédio e as legendas dos filmes estrangeiros. “Ve naum ker” acederia? “Bliz”. Pague pra ver. Aliás, a supressão de acentos na linguagem virtual já é, de certo modo, adequação à novíssima reforma ortográfica. E a abreviação geral das palavras, uma atitude sustentável, de economia global.

Talvez um antídoto contra essa abreviação reformista internautica seja promover uma reforma definitiva. A mãe de todas as reformas, aproveitando o que de bom há em cada uma delas, contemplando os mais antigos, os de meia-idade, a juventude e os pimpolhos. Uma “rephorma orthographica” que “ve th” vai aprovar. Aliás, por que não fazer um referendo popular para os usuários da língua se manifestarem?

CÁSSIO SCHUBSKY, 44, editor e historiador, é organizador do livro “Castro Alves e seu ‘Tempo’”, de 1998, editado pela Editora Leitura, do e-sapo, de Belo Horizonte. É diretor da Faculdade de Direito da USP.

Neste outro Ocidente

SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA

Talvez falte à sociedade brasileira a percepção das responsabilidades inevitáveis em relação à segurança regional

QUANTO MAIS o Brasil se desenvolver, melhor ele terá que lidar com seus vizinhos no continente e assumir o seu peso específico na relação com os Estados Unidos no hemisfério.

Felizmente, há mais expectativas a preencher do que confrontos a espreitar. Mas talvez ainda falte à sociedade brasileira a percepção da impossibilidade de um desenvolvimento estanque em relação aos seus vizinhos, bem como das responsabilidades inevitáveis em relação à segurança regional, não só perante eles mas também perante a superpotência que habita o hemisfério.

Diferentemente do destino manifesto norte-americano no século 19 — messianismo, nacional e biocênico —, o destino brasileiro no século 21 é a integração sul-americana: aberta, cultural e continental. Como objetivo de Estado, ela necessita, no plano político, de poder gerado com a aplicação consentida pelos vizinhos dos recursos nacionais excedentes e, no estratégico, da capacidade de lidar com os jogos de parceiros e concorrentes facilitados pela visibilidade da meta brasileira.

Os parceiros já aprenderam a extrair preventivamente do Brasil o máximo de vantagens que naturalmente obteriam com o avanço de uma agenda de integração, enquanto os concorrentes propõem áreas e alternativas que sabem muito bem não caber ao Brasil, mas que servem muito bem para dificultar qualquer consenso a ele convergente. Por isso, a despeito de todas tentativas do atual governo, particularmente neste segundo mandato, de reescrever a história e de

ideologizar a integração regional, o Brasil vem atuando nas últimas décadas de maneira coerente com os seus interesses.

Faz sentido, hoje, o Brasil propor uma estruturação regional de defesa e de segurança que esvazie a componente militar de qualquer tensão local, enfrente as ameaças comuns aos países da região e previna agressões externas, objetivos que só podem ser atingidos com o decisivo engajamento do país.

O que não faz sentido é transformar essas iniciativas em escapatória para a tática acatada pelo PT no governo da agenda econômica que historicamente rejeitou. Além de causar desnecessário desgaste político, essa atitude tem gerado erros de avaliação flagrantes, que afetam negativamente a imagem da nossa diplomacia, um ativo importante em qualquer pretensão internacional do país.

No sensível meio-campo da segurança e da diplomacia, onde talvez ainda nos faltasse certa cancha, vale a pena serem considerados pelos nossos formuladores de política os preceitos do realismo e do pragmatismo, a serem sensatamente como não anti-americanos e não antiocidental.

A América do Sul tem a sua identidade nesse outro Ocidente que é a América Latina e, por não deixar de

se-lo nas suas origens, haverá de contribuir para que a civilização ocidental seja mais tolerante e plástica, mas não menos brilhante e criativa. No bom combate que se trava em todos os quadrantes do mundo contra a violência anárquica que ceifa vidas e destrói sociedades, o Brasil tem alguma coisa a ensinar a France e a poderosos com o “equipamento” cultural que seus soldados e fuzileiros navais carregam nas escaramuças, patrulhas noturnas, escalas e peladas em Cité Soleil e outros bairros de Port au Prince.

Conversando a respeito do fim da vida útil dos excelentes aviões de transporte militar que prestaram tantos serviços na América do Sul, ouvi de um experiente piloto chileno: “Vocês (brasileiros) têm que construir um!”. Um pouco antes, durante os protestos de trabalhadores da indústria siderúrgica norte-americana, ouvi uma garçonete do interior do Estado da Virgínia perguntar que língua bonita era aquela que falávamos à mesa. Ao lhe dizerem que era português do Brasil, refletindo um pouco, respondeu: “Brasil? Sei que é um competidor nosso, mas é um país muito simpático”.

O avião está pronto para ser construído, e a internacionalização das empresas brasileiras se consumou. Para quem pretende uma integração com sua verdadeira aceitação, o estágio dos bons exemplos para qualquer governo brasileiro.

Será que estamos perdendo alguma coisa?

SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA, 56, é historiador. Foi chefe do Brasil na linha interamericana de Defesa, órgão de assessoria da OEA (Organização dos Estados Americanos), para assuntos de segurança hemisférica.

Painel do Leitor

O “Painel do Leitor” recebe colaborações por e-mail, fax (0xx/11/3223-1644) e correio (al. Barão de Limeira, 425-4 - andar, São Paulo-SP, CEP 01202-900). As mensagens devem ser concisas e conter nome completo, endereço e telefone. A Folha se reserva o direito de publicar trechos. leitor@uol.com.br

LEIA MAIS CARTAS NA FOLHA ONLINE → www.folha.com.br/paineldoleitor

2010

“Que em 2010 o dinheiro público, em vez de estar nos paraísos fiscais, nas cuucas e nas mias dos corruptos, esteja empregado naquilo que verdadeiramente interessa ao cidadão brasileiro: saúde, segurança, educação e infraestrutura.”

TÍLIO MARCO SOARES CARVALHO
(Belo Horizonte, MG)

“Como leitor digital deste jornal, me vi impulsionado a clogiar o artigo ‘Feliz ano novo’, de Frei Betto.

Exatamente no dia 31 de dezembro, questionava-me se deveria beber para celebrar, se estaria mesmo necessitando ir à forra ou se isso seria uma mera imposição advinda do calendário. Nesse dilema, após a leitura do referido artigo, resolvi pela busca de minha subjetividade no momento da virada.

Obrigado Frei Betto, obrigado

Folha.”

VLÁDIMIR NEZERA OLIVEIRA
(Taubaté de Fria, BA)

“Gostaria de parabenizar Frei Betto pelo artigo ‘Feliz ano novo’, dentro do seu contexto, sugerir um outro índice: o LIB, Liberdade Interna Bruta.

A verdadeira felicidade com certeza está acima de uma sociedade produtivista-consumista, porém o ‘marco civilizatório’ chamado Liberdade também está acima de todas as ideologias, governos, regimes ou homens pretensamente santos ou intocáveis.

Oxalá em 2010 Frei Betto possa mensurar a liberdade para os países como Cuba, Coreia do Norte, China, Venezuela e seus países fanáticos na América Latina.

Oxalá em 2010 Frei Betto possa mensurar a Liberdade Interna Bruta em todos os países que tenham coragem de se mostrar ao mundo sem as hipocrisias de ideologias há muito já corroídas pelo tempo e pela história.

Oxalá em 2010 Frei Betto possa mensurar a Liberdade Interna Bruta aqui no Brasil e, quem sabe, acima de qualquer desenvolvimento, este lindo país exporte a todo o mundo um bem de valor infinito: a liberdade.”

HELDER DÁRIO CUMILMEIRO DE OLIVEIRA
(Carapina, SP)

Emergente

“A melhor frase desta **Folha** em 2009 foi publicada no penúltimo dia do ano, nas palavras de Fernando de Barros e Silva, quando menciona a ascensão da classe C. ‘Estamos na rota da americanização sem escola’, escreveu (‘A marolinha e o navio’, **Opinião**, 30/12).

Talvez por falta de espaço, o articulista não mencionou que essa mesma classe C emergente, com dinheiro e sem escola, compõe aquela massa de manobra que endossa políticos da mesma classe e paga dívidas para pastores espertos.

Com carro novo, viagens e consumo, esse contingente de brasileiros desinformados a síntese do país no futuro. E não haverá nenhum interesse em mudar essa situação pelos que os manobram.”

PEDRO GIMES TOPPERSA BOMPEIRE (C. ribeira, PR)

Comissão da Verdade

“O governo Lula está absolutamente certo ao propor a criação da tal ‘Comissão da Verdade’, pois uma democracia que se preza não pode viver uma eterna mentira.

O problema é que, querendo levar vantagem em tudo, os governistas não estão interessados em desvendar a verdade, mas, sim, em criar condições para que ex-terroristas possam usufruir de polpas indenizações com o dinheiro público.

Se o interesse governamental fosse honestamente o de desvendar os fatos ocorridos nos chamados anos de chumbo, seriam abertos todos os arquivos, deixando à mostra os excessos cometidos por ambos os segmentos em conflito, pois, na

‘guerra suja’, todos cometeram crimes. Afinal, não pode existir esse negócio de ‘minha’ verdade e ‘sua’ verdade.

A verdade é uma só, e tem de ser exposta, para que o Brasil, após punir pela lei os criminosos, possa viver em paz.”

JULIO FERRERA (Rio de Janeiro, RJ)

“Gostaria de lembrar aos senhores Luís Fernando Vidal e Arnonval Muniz (‘Painel do Leitor’, ontem) que, se não fosse a Lei de Anistia, os ministros Dilma Rousseff, Tarso Genro e Paulo Vannuchi, entre outros, estariam presos ou teriam cumprido longas penas nas cadeias brasileiras para pagar pelas suas ações na clandestinidade.

Os culpados não estão apenas em um dos lados.”

MÁRIO BENONI CASTANHEDA DE SOUZA
(Brasília, DF)

“A ‘irritação’ dos militares com o Plano Nacional de Direitos Humanos nada mais é do que uma nova tentativa de tutelar a sociedade civil. Se não tivesse dado o golpe no regime constitucional em 1964, a tal crise não existiria. Portanto, os chefes da Forças Armadas não estão satisfeitos, que levem diante os pedidos de demissão — e que o presidente Lula os aceite. Aliás, assim como atualmente ninguém nota a presença deles, a ausência também não será sentida.”

MÁRCIO FONSECA (São Paulo, SP)

“Espantam-me e me preocupam o radicalismo e o revanchismo com que o senhor Paulo Vannuchi trata esse período da história do Brasil.

Ambos os lados cometeram seus erros. Mas criminalizar somente um dos lados — no caso, os militares — e transformar guerrilheiros em heróis e vítimas é uma baita injustiça.

Espero que o presidente Lula, com o seu estilo conciliador, reforce entre as partes envolvidas o verdadeiro espírito de anistia.”

MARCOS BASTOS PEREIRA (São Paulo, SP)

São Paulo

“Revolante, incrível, intolerável, desperdício e outros mais são termos que se podem atribuir ao volume de publicidade do governo Serra inserida na televisão, no rádio, nos jornais etc. Jamais se viu algo igual em todo o país.

Ontem, a **Folha** trouxe duas páginas de publicidade do Estado.

No fundo, melhor expressando, é a promoção da candidatura do senhor José Serra a presidente nas eleições que se aproximam.

Não há uma dose de ilegalidade no que está fazendo o ‘candidato’? Ligamos a TV e o rádio e abrimos os jornais e, a todo o instante, repetidamente, é jogado em nossas caras esse enorme volume de publicidade.

Boa parte dessa verba poderia ser canalizada para atender às tantas situações dramáticas causadas pelas enchentes no Estado.

HOEDENIR AÇACAO PEREIRA (São Paulo, SP)

Boas-festas

A **Folha** agradece e retribui os votos de boas-festas recebidos de: **Filipe e Romeu Tuma**, senador pelo PTB-SP (Brasília, DF); **Rebecca Garcia**, deputada federal pelo PP-AM (Brasília, DF); **Cacildo Marques**, presidente da Organização Cultural de Defesa da Cidadania (São Paulo, SP); **Alcides Lopes Tápias**, Aggrego Consultores (São Paulo, SP); **Jorge Chammas Neto**, presidente das Indústrias Reunidas São Jorge (São Paulo, SP); **Mirtes Giuliana e Bogia Benzil**, Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital São João (São Paulo, SP); **José Gonçalves Neto e Alino Merchant**, assessoria de imprensa da Siemens (São Paulo, SP); **Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães** (São Paulo, SP).

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: 0800-775-8080
Grande São Paulo: 0xx/11/3224-3090 sa@grupofolha.com.br

» OMBUDSMAN: 0800-015-9000 ombudsman@uol.com.br

Erramos

erramos@uol.com.br

ILUSTRADA (HOJE, PÁG. E5) Na nota sobre os programas especiais de final de ano do canal A&E, o título

estava incorreto. O correto é “A&E investe em três especiais musicais”.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.